

HABEAS CORPUS Nº 515.226 - SP (2019/0167577-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ROBERTO HENRIQUE MOREIRA JUNIOR - SP258286
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDRE LUIS BATISTA (PRESO)

DECISÃO

ANDRÉ LUIS BATISTA alega sofrer coação ilegal em face de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no Agravo n. 0008274-90.2018.8.26.0496.

A Defensoria Pública se insurge contra a alteração da data-base para concessão de novos benefícios em virtude da unificação das penas do paciente.

Decido.

O *writ* comporta pronta solução, uma vez que existe jurisprudência pacífica sobre o tema.

Constou do acórdão impugnado que a condenação por outro crime, no curso da execução, acarreta "não só a regressão de regime, como também o reinício da contagem dos prazos para a obtenção de qualquer benefício" (fl. 88), que "passam a ser calculados a partir do somatório das penas que faltam ser cumpridas" (fl. 89).

A **Terceira Seção** deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.557.461/SC, firmou a seguinte compreensão sobre os cálculos penais, *in verbis*:

A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, **não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.**

O colegiado conferiu nova interpretação dos arts. 111,

parágrafo único, e 118, II, ambos da Lei de Execução Penal. Consoante os dispositivos federais assinalados, na hipótese de unificação das penas, somente quando o *quantum* de pena obtido após o somatório não permita a preservação do regime prisional atual, estará o sentenciado sujeito à regressão.

Assim, se nem sequer a regressão de regime é consectário lógico da unificação das penas, impossível concluir, da leitura conjugada do parágrafo único do art. 111 e do inc. II do art. 118, ambos da Lei de Execução Penal, que **é mister a alteração da data-base para concessão de futuros benefícios. Não existe disposição legal expressa nesse sentido.**

Prevaleceu nesta Corte o entendimento de que a interrupção dos cálculos penais constituiria afronta ao princípio da legalidade e ofensa à individualização da pena, motivo pelo qual **se faz necessário preservar o marco anterior à unificação das penas.**

O reinício do marco temporal permanece sem guarida se analisados seus efeitos na avaliação do comportamento do reeducando.

A prática de novo fato definido como crime doloso constitui falta grave, como bem apontado alhures no enunciado da Súmula n. 526 deste Tribunal Superior e, especialmente, conforme previsto no art. 52, *caput*, da Lei n. 7.210/1984.

No entanto, caso o reeducando venha a ser condenado pelo delito cometido no curso da execução, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória, segundo o entendimento anterior desta Egrégia Corte, acarretaria a unificação das penas e, **novamente**, a alteração da data-base para concessão de benefícios, o que já havia ocorrido em decorrência da prática da falta grave.

O apenado seria punido novamente, em um verdadeiro *bis in idem*, já que o **mesmo evento – a prática de fato definido como crime doloso – proporcionaria, por duas vezes, a alteração da data-base**, de maneira a ocasionar flagrante constrangimento ilegal.

Com maior razão não pode o trânsito em julgado de sentença condenatória prolatada em face de delito anterior implicar o reinício do marco temporal, **pois se trata de fato que nem sequer foi praticado no curso da execução penal** e, portanto, não constitui parâmetro de avaliação do mérito do apenado.

Assim, a interrupção da data-base em decorrência da unificação das penas configura **excesso de execução** e o **período de cumprimento de pena desde o ingresso do sentenciado no sistema prisional ou desde a última falta grave não pode ser desconsiderado**, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.

Em sessão virtual, a Terceira Seção, de forma unânime, reafirmou o mesmo entendimento no julgamento dos REsp's 1.753.512/PR e 1.753.509/PR, sob o **rito dos recursos repetitivos (Tema n. 1.006)**. Na oportunidade, **fixou-se a tese jurídica** de que a unificação de penas não enseja a automática alteração da data-base para concessão de novos benefícios da execução penal. A providência permitirá maior segurança jurídica, estabilidade e coerência ao entendimento do STJ, conforme estabelecido nos arts. 926 e 927 do CPC/2015.

À vista do exposto, **com fulcro no art. 34, XX, concedo o habeas corpus, in limine, para determinar que a unificação das penas do paciente em virtude de nova condenação não acarrete a interrupção automática do prazo para futuros benefícios.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**